

# ÍNDICE

PALAVRAS INICIAIS (Dr. Bruno Bobone, Presidente da Direção da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa) .....	5
CENTRO DE ARBITRAGEM COMERCIAL: 30 ANOS (Prof. Doutor António Menezes Cordeiro, Presidente do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa).....	7
ÍNDICE .....	11
A. BARRETO MENEZES CORDEIRO, <i>Arbitragem nos contratos de intermediação financeira e o modelo de arbitragem “supervisionada”</i> .....	31
§ 1º Aspectos gerais .....	31
1. Enquadramento .....	31
2. As atividades de intermediação financeira a considerar .....	32
3. Panorama de Direito comparado .....	34
§ 2º Direito Estado-unidense .....	35
4. Evolução histórica .....	35
5. Panorama contemporâneo .....	39
6. O <i>Code of Arbitration Procedure for Customer Disputes</i> da FINRA: linhas gerais .....	43
7. Dados do setor .....	44
8. As críticas alemãs à arbitragem financeira: excursão .....	45
9. Conclusões .....	46
ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, <i>As regras de Praga nas arbitragens internas</i> .....	47
1. Aspectos metodológicos .....	47
I – Os óbices da prática internacional .....	48
2. Os problemas .....	48
3. As causas .....	50
4. O papel das <i>IBA rules</i> .....	51
II – As Regras de Praga .....	52
5. Aspectos gerais .....	52

6. Eficiência e proatividade .....	53
7. O apuramento dos factos e a prova documental e testemunhal ...	54
8. Margens do tribunal .....	56
9. Considerações finais .....	57
III – A aplicação interna das Regras de Praga .....	57
10. Aspectos básicos; a autonomia privada .....	57
11. A escolha pelo Tribunal .....	58
12. Conferência preliminar e peças processuais .....	59
13. Os meios de prova .....	61
14. As perícias .....	62
15. A indicação prévia das saídas de Direito .....	63
16. A disciplina da audiência .....	63
17. Aspectos inquisitórios e conclusão .....	64
ANTÓNIO PEREIRA DE ALMEIDA, <i>A anulação das decisões arbitrais</i> .....	67
I – Introdução .....	67
II – A acção de anulação .....	69
1) Fundamentos da acção de anulação .....	69
a) Incapacidade de qualquer das partes ou invalidade da convenção de arbitragem .....	69
b) Violação dos princípios fundamentais da arbitragem .....	71
c) Limites da convenção de arbitragem .....	71
d) Irregularidades na composição o tribunal ou no processo arbitral .....	72
e) Condenação <i>ultra petitum</i> .....	73
f) Falta de assinatura ou de fundamentação de sentença .....	73
g) Ultrapassagem do prazo para proferir a sentença .....	74
h) Não arbitrabilidade do litígio .....	75
i) Ofensa do princípio da ordem pública .....	75
2) O processo de anulação .....	76
a) Forma de processo e tribunal competente .....	77
b) Prazo e regime processual .....	77
c) Efeitos da sentença de anulação da decisão arbitral .....	79
ANTÓNIO PINTO MONTEIRO, <i>Sanções por comportamento desleal de parte/advogado</i> .....	81
1. Comportamentos desleais/abusivos .....	81
2. Tribunais estaduais .....	82
3. Tribunais arbitrais .....	85
4. Conclusão .....	93

ARMINDO RIBEIRO MENDES, <i>O Centro de Arbitragem Comercial da Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa: a sucessão de regulamentos de arbitragem</i> . . . .	95
I – Arbitragem <i>Ad hoc</i> e Arbitragem Institucional . . . . .	95
II – A constituição dos centros de arbitragem comercial das Associações Comerciais de Lisboa e Porto . . . . .	104
a) Enquadramento legal . . . . .	104
b) A criação do Centro de Arbitragem Comercial em 1987 . . . . .	109
c) O primeiro regulamento de arbitragem do CAC 1987 . . . . .	112
d) O segundo regulamento do CAC (2008) . . . . .	116
e) O Regulamento de 2014 . . . . .	121
III – Conclusão . . . . .	124
ARNOLDO WALD, <i>A evolução da arbitragem no Brasil e a arbitragem de classe</i> . . . . .	127
I – Introdução . . . . .	127
II – O passado . . . . .	129
III – O presente . . . . .	133
IV – O futuro da arbitragem. A arbitragem de classe . . . . .	137
V – Conclusão . . . . .	140
BERNARDO REIS, <i>As Regras de Praga em perspetiva: comparação e relevância no universo dos instrumentos de soft law em arbitragem</i> . . . . .	143
1. Introdução . . . . .	143
2. Incorporação da <i>soft law</i> nos procedimentos arbitrais . . . . .	147
3. A emergência de instrumentos de <i>soft law</i> na arbitragem internacional. . . . .	149
3.1. Objetivo/missão . . . . .	152
3.2. Papel do tribunal da condução do processo, averiguação dos factos e do direito aplicável . . . . .	153
3.3. Organização da produção de prova . . . . .	160
3.3.1. Prova documental . . . . .	161
3.3.2. Prova testemunhal . . . . .	162
3.3.3. Prova pericial . . . . .	163
3.3.4. Audiência . . . . .	163
3.4. Assistência na transação . . . . .	164
4. Conclusões . . . . .	167
CARLA GONÇALVES BORGES / MIGUEL LOURENÇO E SILVA, <i>Confidencialidade fora de pista: consentimento e renúncia a garantias jurisdicionais na arbitragem à luz do caso Pechstein</i> . . . . .	173
I. Exposição de Motivos. Breve Resenha da Decisão – factos, tramitação processual e aspetos jurídicos relevantes . . . . .	173

II. A aplicabilidade do artigo 6º, nº 1, da CEDH à arbitragem – o crivo do TEDH .....	176
III. O efeito imediato da Decisão .....	184
IV. Algumas externalidades da jurisprudência <i>Pechstein</i> .....	185
a. Na arbitragem comercial .....	186
b. Na cláusula compromissória ínsita em clausulado contratual geral ..	188
c. Na cláusula compromissória ínsita em pacto social .....	192
V. Conclusões .....	195
 CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, <i>Sentença arbitral: preparação e conteúdo</i> .....	197
1. Preparação remota da sentença .....	197
2. Preparação próxima da sentença .....	200
3. Partição da sentença .....	202
4. Fundamentação .....	205
5. Decisão segundo a equidade .....	207
6. Qualidades do texto: validade, persuasão e elegância .....	209
 CARLOS MARIA PINHEIRO TORRES, <i>O árbitro natural: algumas reflexões</i> .....	211
1. Razão de ser .....	211
2. A designação dos árbitros. As questões levantadas à volta dessa designação .....	212
2.1. O princípio geral .....	212
2.2. O caso específico das arbitragens com partes plurais .....	214
2.3. O nº 3 do artigo 11º da LAV .....	215
3. O árbitro natural .....	217
3.1. Argumentos a favor do árbitro natural .....	217
3.2. Apreciação dos argumentos a favor do árbitro natural .....	219
3.3. A proposta de um sistema para a designação do árbitro natural: mais um argumento a apreciar .....	227
3.3.1. Designação do árbitro de parte .....	228
3.3.2. Designação do árbitro presidente .....	229
4. Conclusão .....	230
 CATARINA MONTEIRO PIRES / RUI PEREIRA DIAS, <i>Arbitragem internacional e autonomia privada: primeiras reflexões</i> .....	233
I. Arbitragem internacional e antecedência lógico-normativa da autonomia privada, atuada na convenção de arbitragem .....	233
II. Autonomia privada e lei aplicável à arbitragem .....	239
III. Autonomia privada e lei aplicável à convenção de arbitragem .....	243
IV. Autonomia privada no processo: escolha das regras aplicáveis ao processo arbitral .....	246

V. Autonomia privada no mérito: escolha da lei material aplicável ao contrato em litígio arbitral .....	250
CESAR PEREIRA, <i>Arbitragem envolvendo a Administração Pública no Direito brasileiro: função pública e controle externo</i> .....	253
1. Objeto do estudo .....	253
2. O desenvolvimento da jurisprudência .....	254
3. O cabimento da arbitragem em face de atos de autoridade .....	256
4. Distinções necessárias: arbitrabilidade, escopo da convenção e sindicabilidade .....	258
4.1. Arbitrabilidade .....	258
4.2. Escopo da convenção de arbitragem .....	259
4.3. Sindicabilidade .....	260
5. Função administrativa e arbitragem .....	261
5.1. Arbitragem e regulação .....	261
5.2. Arbitragem e normas de ordem pública .....	262
6. Arbitragem, Administração Pública e Poder Judiciário .....	263
6.1. Descabimento da autotutela (Súmula STF nº 473) .....	264
6.2. Arbitragem e processo administrativo .....	265
7. Arbitragem e controle externo .....	266
7.1. Limites da atuação do controle externo .....	267
7.2. A resistência inicial .....	268
7.3. Controle externo e o princípio da competência-competência .....	268
7.4. Evolução da orientação: controle da conduta prévia e posterior à arbitragem .....	269
7.5. O controle externo e a Lei da Segurança para a Inovação Pública (Lei nº 13.655) .....	270
7.6. Preservação do agente público honesto e o art. 40 da Lei nº 13.140 .....	270
Referências .....	271
DÁRIO MOURA VICENTE, <i>O novo regime da arbitragem em matéria de patentes</i> ...	273
1. Introdução: a Lei nº 62/2011, de 12 de dezembro, e as suas finalidades essenciais .....	273
2. A “convolação” da arbitragem necessária prevista na Lei nº 62/2011 em arbitragem voluntária .....	275
3. A manutenção de uma ação especial em matéria de litígios relativos a medicamentos genéricos .....	276
4. A competência do tribunal arbitral para reconhecer a invalidade da patente com efeitos <i>inter partes</i> .....	278
5. A tramitação da ação especial .....	279

6. Recursos .....	282
7. O âmbito de aplicação temporal do novo regime .....	282
8. Balanço .....	283

DIOGO COSTA GONÇALVES, *A vinculação de terceiros à convenção de arbitragem.*

<i>Algumas reflexões</i> .....	285
1. Enquadramento geral .....	285
2. O problema .....	287
3. Vinculação e «grupos de casos»: aquisição (derivada) da qualidade de “parte” .....	289
4. Cont.: vicissitudes da personificação coletiva. ....	290
5. Cont.: vinculação <i>ex bona fide</i> .....	292
6. Recondições dogmáticas da vinculação .....	293
7. Um teoria unitária para vinculação de terceiros? .....	295
8. <i>Actio vs. jus</i> e o princípio da inerência .....	298

DUARTE GORJÃO HENRIQUES, *Cláusulas penais em arbitragem internacional –*

<i>Breve perspectiva comparada</i> .....	301
I – Introdução .....	301
II – Conceito, relevância e tipos de cláusulas penais .....	302
III – As cláusulas penais em direito comparado .....	307
A. Países da “common law” .....	307
B. Países da “civil law” .....	311
IV – As Cláusulas Penais em Instrumentos Internacionais e Princípios de Direito Internacional .....	316
V – Cláusulas Penais na Jurisprudência Arbitral Internacional .....	319
VI – Cláusulas Penais e um Princípio Geral de Direito .....	322
VII – Cláusulas Penais e Ordem Pública .....	325

ELISA RANGEL NUNES, *A confidencialidade na arbitragem voluntária: uma questão de preservação de valores éticos?* .....

de preservação de valores éticos? .....	331
Introdução .....	331
1. A confidencialidade na arbitragem voluntária: razão de ser .....	332
1.1. Privacidade e confidencialidade .....	334
1.2. Confidencialidade e transparência .....	335
2. A confidencialidade em algumas ordens jurídicas .....	339
3. A arbitragem internacional institucionalizada e a confidencialidade. ...	343
4. A quebra de confidencialidade e a ética na arbitragem .....	347
Conclusões .....	351
Referências .....	351

FILIPA CANSADO CARVALHO / IÑAKI CARRERA, <i>A prova testemunhal na arbitragem</i> .....	353
1. Introdução .....	353
2. A prova testemunhal .....	354
2.1. A flexibilidade, a eficiência e a prova testemunhal .....	354
2.2. Estabelecimento das regras sobre a prova testemunhal .....	356
2.3. Momento da apresentação das testemunhas no procedimento e eventuais limitações .....	358
2.4. Seleção de testemunhas .....	360
2.5. Preparação de depoimentos escritos .....	362
2.6. Forma e conteúdo dos depoimentos escritos .....	365
2.7. Tradução dos depoimentos escritos .....	367
2.8. Seleção de testemunhas para comparecer na audiência .....	368
2.9. Preparação da audiência .....	370
2.10. Interrogatórios das testemunhas .....	372
2.11. A não comparência das testemunhas convocadas .....	375
2.12. Tradução .....	377
2.13. Audiências eletrônicas .....	377
FILIPE VAZ PINTO, <i>O Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem Comercial. Algumas notas</i> .....	381
1. Introdução .....	381
2. O processo de elaboração e aprovação do Regulamento 2014 .....	382
3. Principais traços do Regulamento 2014 .....	385
a) Número supletivo de árbitros .....	385
b) Estatuto do árbitro .....	387
c) Dever de revelação do árbitro .....	389
d) Lugar e língua da arbitragem .....	391
e) Pluralidade de partes .....	391
f) Pedidos do Demandado .....	393
g) Modelo processual de referência .....	394
h) Arguição de incompetência do tribunal arbitral .....	396
i) Regras de Processo .....	398
j) Audiência preliminar .....	399
k) Prova .....	399
l) Sentença arbitral .....	400
m) Publicidade .....	401
n) Notas finais .....	402
4. E o futuro? .....	403

FRANCISCO G. PROL, <i>El arbitraje como equivalente jurisdiccional</i> . . . . .	407
I. Generalidades . . . . .	408
II. Análisis de la expresión “equivalente jurisdiccional” . . . . .	409
III. ¿Puede considerarse el arbitraje como un “equivalente jurisdiccional”? . .	412
i) La respuesta de otros países . . . . .	412
ii) La situación en España: Historia; Doctrina . . . . .	415
1. Teoría contractualista . . . . .	420
2. Teoría jurisdiccionalista . . . . .	421
3. Teoría mixta . . . . .	422
4. Situación actual . . . . .	422
IV. Repercusiones de considerar al arbitraje como un equivalente jurisdiccional . . . . .	424
V. Conclusiones . . . . .	428
FREDERICO GONÇALVES PEREIRA / PEDRO PIRES FERNANDES, <i>O regime da responsabilidade civil do árbitro. Algumas notas</i> . . . . .	431
1. Enunciado da questão e sua breve introdução . . . . .	431
2. Os dois interesses em conflito – património do lesado vs. independência do árbitro . . . . .	432
3. A responsabilidade do árbitro no ordenamento jurídico português . . . .	435
4. A responsabilidade do árbitro na LAV 86 . . . . .	435
5. A responsabilidade do árbitro na LAV . . . . .	441
6. Síntese conclusiva . . . . .	446
FREDERICO JOSÉ STRAUBE, <i>A nova legislação arbitral brasileira</i> . . . . .	447
Prolegômenos . . . . .	447
Fatores negativos . . . . .	449
Nova conjuntura favorecedora . . . . .	450
A Lei nº 9.307/96 . . . . .	451
A nova Lei nº 13.129/15 . . . . .	453
As alterações trazidas pela Lei . . . . .	453
Conclusões . . . . .	463
JESÚS ALMOGUERA GARCÍA, <i>La libertad y la función pacificadora del arbitraje. Comentario de una reciente sentencia del Tribunal Superior de Justicia de Madrid sobre la renuncia a la acción de anulación del laudo después de ser ejercida</i> . . . .	465
JOÃO PAULO F. REMÉDIO MARQUES, <i>A (densidade da) falta de fundamentação da matéria de facto enquanto causa de anulação de decisão arbitral</i> . . . . .	485
1. O problema . . . . .	485

2. Introdução; a exigência de fundamentação das decisões proferidas por órgãos jurisdicionais e o <i>distinguo</i> dos tribunais arbitrais .....	487
3. A exigência de racionalidade das decisões proferidas por Tribunais em matéria de facto .....	491
4. As dimensões diferenciadoras da fundamentação da decisão proferida por Tribunais Arbitrais .....	494
5. A decisão arbitral como negócio jurídico processual e o princípio da conservação dos negócios jurídicos; os destinatários da fundamentação ..	497
6. A singularidade da motivação da decisão ( <i>id est</i> , da decisão sobre a matéria de facto) na arbitragem .....	503
7. Os fundamentos de anulação de uma decisão arbitral na LAV e o CPC; suas consequências; o esgotamento do poder jurisdicional do Tribunal Arbitral .....	504
8. O âmbito do dever de fundamentação de uma decisão arbitral .....	507
9. A posição da doutrina e da jurisprudência nacional e estrangeira .....	510
10. Alguma casuística da fundamentação evidenciada por acórdãos arbitrais .	515
11. A inadmissível discriminação das consequências da anulação de decisão arbitral relativamente à anulação de decisão judicial por falta de fundamentação .....	517
12. Conclusões .....	521
 JOAQUIM SHEARMAN DE MACEDO, <i>Caução e medida cautelar arbitral</i> .....	525
I. Introdução e panorama nacional e internacional das medidas cautelares arbitrais .....	525
II. A caução nas medidas cautelares .....	530
III. A prestação de caução na Lei Modelo .....	531
IV. Artigo 24º da LAV – Prestação de caução .....	534
V. Conclusão .....	536
 JOAQUIM TAVEIRA DA FONSECA, <i>Algumas reflexões sobre o julgamento arbitral da matéria de facto</i> .....	537
1. Considerações introdutórias: a decisão de facto e a decisão de direito ..	537
2. O momento de tratamento da “matéria de facto em bruto”: separação dos factos de modo a determinar a enunciação da factualidade relevante, para a decisão do “ <i>thema decidendum</i> ”, e à qual será aplicado o direito ...	539
3. A utilidade da fase de condensação ou saneamento do processo .....	541
4. Fase da produção de prova .....	543
5. A fase da decisão da matéria de facto: inexistência de um método .....	544
6. A formação da convicção, o princípio da livre apreciação das provas e os cuidados a ter: contributo para tentar estabelecer um método que evite aquilo que nos E.U.A. há quem designe como “palpite judicial” .....	545

7. As especificidades do processo de formação da decisão sobre a matéria de facto quando o tribunal tem uma composição colegial .....	550
8. A independência e imparcialidade dos árbitros como condição “ <i>sine qua non</i> ” da válida formação da decisão sobre a matéria de facto .....	551
9. A fundamentação da decisão: a análise crítica das provas e a compatibilização de toda a matéria de facto adquirida .....	553
10. A justiça arbitral e os desafios da inteligência artificial .....	556

JOSÉ ANTONIO CAÍNZOS, <i>La influencia de la Convención de Nueva York en la Ley Modelo</i> .....	559
1. Una primera coincidencia: el origen .....	560
2. La Convención de Nueva York ya anunciaba la Ley Modelo y ésta, a su vez, reconoce su papel de continuadora de la labor emprendida por aquélla .....	562
3. El acuerdo de arbitraje .....	565
4. La relación entre las causas de anulación del laudo de la Ley Modelo y los motivos de oposición al reconocimiento y ejecución de los laudos extranjeros de la Convención de Nueva York .....	570
5. Las medidas cautelares y órdenes preliminares .....	577
6. Reconocimiento y ejecución de laudos .....	579
7. Conclusión .....	580

JOSÉ CARLOS SOARES MACHADO / RITA LYNCE DE FARIA, <i>A definitividade das decisões arbitrais que apliquem normas cuja inconstitucionalidade tenha sido suscitada pelas partes</i> .....	583
I. Introdução .....	583
II. O recurso, para o Tribunal Constitucional, das decisões arbitrais que apliquem normas cuja inconstitucionalidade tenha sido suscitada pelas partes .....	586
i) A equiparação das decisões arbitrais às decisões judiciais .....	586
ii) A insusceptibilidade do recurso ordinário como pressuposto de admissibilidade do recurso para o Tribunal Constitucional .....	589
III. O efeito preclusivo da não interposição de recurso para o Tribunal Constitucional .....	595
IV. A acção de anulação com fundamento na inconstitucionalidade da norma, já suscitada e decidida em sentido negativo em sede de acção arbitral .....	599
V. Conclusões .....	603

JOSÉ MANUEL OLIVEIRA ANTUNES, <i>Breves notas sobre a perícia em tribunal arbitral</i> .....	605
Produção da prova pericial .....	606
Perícia colegial .....	607
Perito único .....	608
Árbitro perito .....	609
Testemunha perito .....	610
Incompatibilidades dos peritos .....	610
Honorários dos peritos .....	611
JOSÉ MIGUEL JÚDICE, <i>The old rule “quod principi placuit legis habet vigorem” and the future of arbitration</i> .....	615
JOSÉ ROBIN DE ANDRADE, <i>Coligação e acções colectivas em arbitragem</i> .....	625
LINO DIAMVUTU, <i>Perspectivas de reforma da Lei sobre a arbitragem voluntária angolana</i> .....	641
I. Introdução .....	641
II. Matérias sujeitas à revisão .....	642
1. Convenção arbitral e arbitrabilidade de litígios .....	642
1.1. Arbitrabilidade objectiva dos litígios .....	642
1.2. Requisitos da convenção de arbitragem .....	643
1.3. Extensão objectiva da convenção de arbitragem .....	644
1.3.1. Extensão objectiva .....	644
1.3.2. Extensão subjectiva .....	646
1.4. Efeito negativo da convenção de arbitragem .....	647
1.5. Proibição das <i>anti-arbitration injunctions</i> .....	647
2. Tribunal arbitral .....	648
2.1. Árbitros .....	648
2.2. Composição do tribunal arbitral .....	648
2.3. Honorários e despesas .....	648
2.4. Competência do tribunal arbitral .....	649
2.5. Providências cautelares e ordens preliminares .....	650
3. Processo arbitral .....	651
3.1. Em matéria de representação das partes .....	651
4. Sentença arbitral .....	651
4.1. Prazo para proferir sentença .....	651
4.2. Impugnação .....	652
4.3. Publicação .....	652

4.4. Reconhecimento e execução de sentença arbitral estrangeira . . . .	653
4.4.1. Interpretação do conceito de “ordem pública” previsto pela Convenção de Nova Iorque de 1958 . . . . .	653
4.4.2. Reconhecimento e execução de sentença arbitral estrangeira anulada no país de origem . . . . .	654
5. Arbitragem internacional . . . . .	655
5.1. Inoponibilidade de exceções baseadas no Direito interno do Es- tado parte de uma convenção de arbitragem . . . . .	655
5.2. <i>Favor negotii</i> . . . . .	657
6. Competência dos Tribunais estaduais . . . . .	658
7. Âmbito espacial de aplicabilidade e sentença arbitral estrangeira . . . . .	659
III. Conclusão . . . . .	659
 LOURENÇO VILHENA DE FREITAS, <i>Limites à escolha da equidade e da composição amigável como critério da decisão arbitral em Direito público</i> . . . . .	 661
 LUÍS DE LIMA PINHEIRO, <i>O reconhecimento de decisões arbitrais “estrangeiras” ao abrigo da Convenção de Nova Iorque – Perspetiva atual</i> . . . . .	 665
Introdução . . . . .	665
I. Âmbito de aplicação . . . . .	666
II. Reconhecimento da convenção de arbitragem . . . . .	669
III. Regras processuais . . . . .	673
IV. Condições de reconhecimento e execução . . . . .	675
V. Execução da decisão arbitral . . . . .	691
VI. Caracterização do sistema de reconhecimento . . . . .	691
VII. Considerações finais . . . . .	693
Bibliografia . . . . .	693
 MANUEL PEREIRA BARROCAS, <i>A questão da extensão da convenção de arbitragem a terceiros não subscritores</i> . . . . .	 701
1. Requisitos de validade da convenção de arbitragem segundo a LAV . . .	701
2. A convenção como contrato formal e os efeitos da sua celebração . . . .	702
3. A natural admissão de certos terceiros à convenção de arbitragem . . . .	703
4. O Acórdão do STJ de 15 de janeiro de 2019 . . . . .	703
5. A extensão da convenção no Direito Comparado . . . . .	710
6. Conclusões . . . . .	715
 MIGUEL ESPERANÇA PINA / DIOGO CASTANHEIRA PEREIRA, <i>Responsabilidade civil dos árbitros no processo arbitral</i> . . . . .	 717
I. Enquadramento . . . . .	717

II. A responsabilidade civil dos Árbitros na Arbitragem Internacional . . . .	718
A. O fundamento da responsabilidade civil. Tipos de responsabilidade..	718
i. Responsabilidade contratual . . . . .	719
ii. Responsabilidade extracontratual . . . . .	722
B. O fundamento da imunidade dos árbitros . . . . .	722
i. Imunidade absoluta . . . . .	723
ii. Responsabilidade absoluta . . . . .	725
iii. Imunidade limitada ou qualificada . . . . .	726
III. A responsabilidade civil dos Árbitros na LAV . . . . .	728
A. Nota histórica . . . . .	728
B. Responsabilidade civil por decisões danosas. Norma geral de imputação . . . . .	728
i. Pressupostos substantivos . . . . .	730
ii. Pressupostos processuais . . . . .	733
C. Responsabilidade civil por atuações danosas . . . . .	737
C.1. Norma geral de imputação . . . . .	737
C.2. Normas especiais de imputação na LAV . . . . .	738
i. Art. 12º, nº 3 da LAV (abandono ou escusa injustificada da função arbitral) . . . . .	738
ii. Arts. 15º, nº 2 e 43º, nº 4 da LAV (dilações temporais) . . . . .	739
iii. Outras previsões normativas especiais . . . . .	741
IV. Breves notas sobre a responsabilidade criminal e disciplinar dos Árbitros . . . . .	741
V. Conclusões . . . . .	742
MIGUEL LUCAS PIRES, <i>Publicidade das decisões arbitrais</i> . . . . .	745
I. Publicidade das decisões judiciais . . . . .	745
1. Enquadramento constitucional e legal genérico . . . . .	745
2. O dever de publicação de algumas decisões judiciais . . . . .	747
3. Publicidade requerida pelo lesado de algumas decisões judiciais . . . . .	751
II. Publicidade das decisões arbitrais . . . . .	752
1. O regime geral da LAV . . . . .	752
2. Outras normas legais e regulamentares respeitantes à arbitragem voluntária . . . . .	755
2.1. Arbitragem de conflitos de consumo em geral e de seguros em particular . . . . .	755
2.2. Arbitragem administrativa . . . . .	757
2.3. Arbitragem sobre propriedade industrial . . . . .	759
2.4. Arbitragem comercial . . . . .	760
2.5. Arbitragem desportiva (voluntária) . . . . .	762

2.6. Arbitragem laboral (voluntária) .....	762
2.7. Síntese conclusiva .....	763
3. A arbitragem necessária ou obrigatória .....	764
4. Confronto entre publicidade das decisões judiciais e arbitrais: as exigências publicitárias ditadas para as primeiras serão integralmente extensíveis às segundas? .....	766
a) Arbitragem voluntária .....	767
b) Arbitragem necessária .....	775
 MIGUEL PINTO CARDOSO / JOANA NEVES / ANTÓNIO PESTANA ARAÚJO, <i>A indemnização por expropriação nos tratados bilaterais de investimento celebrados por Portugal</i> .....	777
I. Introdução .....	777
II. Princípios subjacentes à indemnização por expropriação: em particular, nos tratados bilaterais de investimento celebrados por Portugal .....	779
III. A indemnização por expropriação lícita e a indemnização por expropriação ilícita .....	785
(i) A licitude da expropriação .....	785
(ii) A indemnização por expropriação ilícita .....	786
(iii) A jurisprudência internacional em matéria de indemnização por expropriações ilícitas .....	787
IV. Breve nota sobre os casos <i>Tenaris e Talta c. Venezuela</i> .....	792
 OCTÁVIO FRAGATA, <i>A convicção do árbitro e o ônus da prova: uma proposta</i> .....	797
1. Introdução .....	797
2. O ônus da prova na arbitragem .....	798
2.1. O ônus subjetivo: quem deve provar .....	800
2.2. O ônus objetivo: quem deve prevalecer .....	803
3. A convicção do árbitro e o ônus de provar um direito .....	807
4. A convicção do árbitro diante da insuficiência de provas .....	815
 PACÔME ZIEGLER, <i>O contrato enquanto ficção jurídica: um comentário à sentença final no processo arbitral com referência CCI nº 21404/ASM/JPA (C-21757/ASM)</i> .....	825
1. Introdução .....	825
2. Oito anos de comportamentos concludentes não alteraram os termos do acordo parassocial escrito .....	826
2.1. O contrato em questão .....	826
2.2. A evolução da relação das partes .....	827
2.3. A arbitragem .....	830

2.4. A decisão do tribunal arbitral .....	832
3. <i>Nemo censetur ignorare pactum</i> .....	836
PAULA COSTA E SILVA, <i>Corrupção, ordem pública e decisão arbitral: a propósito do caso Alstrom</i> .....	841
PAULO DE TARSO DOMINGUES, <i>A designação dos árbitros: em defesa do árbitro natural</i> .....	851
1 – A importância da designação dos árbitros .....	851
2 – Princípios axiais a observar: igualdade de armas e processo equitativo ..	853
3 – A igualdade de armas: o regime da designação dos árbitros nas arbitragens multilaterais (o caso <i>Dutco</i> e o artigo 11º da LAV) .....	854
4 – A designação dos árbitros por terceiro .....	857
5 – O árbitro natural como pressuposto de um processo equitativo .....	858
6 – Proposta de regime para a designação do árbitro natural .....	862
PAULO MOTA PINTO, <i>Transmissão da convenção de arbitragem</i> .....	865
1. O problema .....	865
2. Cedibilidade da convenção de arbitragem .....	867
3. Cessão da posição contratual .....	870
a) Eficácia da cessão da posição contratual .....	870
b) Transmissão automática ou por estipulação adrede .....	871
c) Convenção não conhecida pelo cessionário e exclusão da transmissão por cedente e cessionário .....	872
d) Separabilidade da convenção de arbitragem .....	874
4. Cessão de créditos .....	876
a) A questão da transmissão da convenção de arbitragem sem consentimento do devedor cedido .....	876
b) Interpretação da convenção de arbitragem e do negócio de cessão de créditos .....	877
c) Convenção de arbitragem, acessórios do crédito cedido e conformação do crédito pela convenção de arbitragem .....	878
d) O problema na jurisprudência e doutrina nacionais .....	880
e) O problema noutras ordens jurídicas .....	882
f) Solução preferível .....	886
g) Vinculação do cessionário do crédito pela convenção de arbitragem ..	889
5. Sub-rogação no crédito .....	889
6. Assunção de dívida .....	891
7. Lei aplicável à transmissão da convenção de arbitragem .....	893

PAULO NOGUEIRA DA ROCHA, <i>A arbitragem nos contratos “FIDIC”: as dúvidas de regime do recurso a arbitragem das decisões do Conselho de Resolução de Conflitos (Dispute Avoidance and Adjudication Board)</i> .....	897
I – Introdução .....	897
II – O Conselho de Resolução de Conflitos (DAAB) .....	900
III – O recurso a arbitragem das decisões do Conselho de Resolução de Conflitos .....	901
PEDRO DE ALBUQUERQUE, <i>A boa fé e a responsabilidade por litigância de má fé, abuso de direito e responsabilidade civil em virtude do processo de atos praticados no processo arbitral</i> .....	913
§ 1 – A responsabilidade por litigância de má fé, abuso de direito e responsabilidade por atos realizados no processo civil .....	913
§ 2 – A boa fé e a responsabilidade por litigância de má fé, abuso de direito e responsabilidade civil em virtude do processo de atos praticados no processo arbitral .....	924
PEDRO LEITE ALVES, <i>Notas sobre a arbitragem de actos administrativos e de contratos públicos</i> .....	933
PEDRO MELO, <i>Arbitragem em projectos de infraestruturas públicas: ad hoc e/ou ICSID?</i> .....	957
I. Enquadramento .....	957
1. Aspectos gerais .....	957
2. A arbitragem ICSID: nótula e colocação do problema .....	963
II. Análise .....	966
1. A determinação da natureza do litígio, “umbrella clauses” e “fork in the road provisions” .....	966
2. A forma típica de resolução de litígios nas concessões administrativas portuguesas .....	970
3. A alteração do CCP e a provável mudança de paradigma na arbitragem de contratos públicos. A arbitragem ICSID será solução? .....	971
III. Síntese conclusiva .....	975
PEDRO RAPOSO / PATRÍCIA VALENTE, <i>Proteção dos sócios minoritários nas arbitragens societárias</i> .....	977
1. A relevância da arbitragem nos litígios societários .....	977
2. A submissão dos litígios societários à Arbitragem – o voto contra da minoria e a autonomia da vontade .....	979
3. A salvaguarda dos sócios que votem vencido – mecanismos .....	985

SELMA FERREIRA LEMES, <i>A credibilidade na arbitragem</i> .....	989
SOFIA MARTINS / RICARDO SARAIVA, <i>Diferenças culturais na arbitragem internacional: um verdadeiro problema?</i> .....	997
1. Introdução .....	997
2. Culturas jurídicas: a tradicional dicotomia .....	998
3. Pessoalização da prática arbitral? .....	999
4. Aspectos práticos da multiculturalidade jurídica na arbitragem internacional .....	1001
4.1. Divergências quanto à produção de prova consoante a matriz cultural jurídica: aspetos processuais .....	1001
4.1.1. Prova documental – obtenção de documentos em poder da parte contrária .....	1001
4.1.2. Prova testemunhal – modo de produção .....	1006
4.1.2.1. Depoimentos escritos .....	1006
4.1.2.2. Condução do interrogatório .....	1007
4.1.2.3. Limites do contrainterrogatório .....	1009
4.2. Divergências quanto à produção de prova consoante a matriz cultural jurídica: aspetos deontológicos .....	1010
4.2.1. Prova documental – Dever de apresentação de documentos ou factos adversos .....	1010
4.2.2. Prova testemunhal – preparação de testemunhas .....	1013
5. Perspetivas do tratamento das diferenças culturais na arbitragem internacional .....	1015
SOFIA RIBEIRO MENDES, <i>A prova ilícita na arbitragem</i> .....	1019
I. Razão de ordem e delimitação do tema .....	1019
II. Conceito de prova ilícita .....	1021
III. Regras sobre prova em arbitragem .....	1023
IV. Admissibilidade de prova ilicitamente obtida em arbitragem .....	1029
V. Conclusão .....	1037
TERESA ANSELMO VAZ, <i>A validade de cláusula arbitral estatutária</i> .....	1039
1. Introdução e delimitação .....	1039
2. Estado da discussão .....	1040
3. Conteúdo típico de uma cláusula arbitral inserida nos estatutos de uma sociedade por quotas ou anónima .....	1041
4. Validade deste tipo de cláusula arbitral estatutária .....	1043
4.1. Regime geral .....	1043

4.2. Inserção de cláusula arbitral estatutária no ato da constituição ou em momento anterior à aquisição da qualidade de sócio .....	1045
4.3. Inserção de cláusula arbitral estatutária por alteração dos estatutos .	1047
5. Validade de cláusula arbitral com local de arbitragem diverso do território português .....	1049
TITO ARANTES FONTES / SARA REBORDÃO TOPA / INÊS DIAS LOPES, <i>O financiamento de litígios por terceiros: os novos desafios à independência e imparcialidade dos árbitros</i> .....	
1. Introdução .....	1053
2. “Third party funding” .....	1054
2.1. Definição .....	1054
2.2. Modalidades de financiamento .....	1056
2.3. Estado da arte .....	1057
3. Benefícios e riscos do fenómeno .....	1060
3.1. <i>Funders</i> .....	1060
3.2. Árbitros (e centros de arbitragem) .....	1061
3.3. Advogados (e sociedades de advogados) .....	1062
3.4. Arbitragem / Justiça .....	1063
4. O desafio da independência e imparcialidade .....	1065
4.1. A independência e imparcialidade dos árbitros .....	1065
4.2. Exemplos de situações suscetíveis de comprometer a independência e imparcialidade dos árbitros .....	1066
4.2.1. Dois litígios, uma sociedade de advogados, o mesmo “funder”	1067
4.2.2. “Omnipresença” da sociedade de advogados .....	1067
4.2.3. Portefólio de litígios .....	1068
4.2.4. Opacidade .....	1069
4.3. Jurisprudência .....	1069
5. Soluções possíveis .....	1070
5.1. Dever de revelação .....	1070
5.2. <i>Chinese walls</i> .....	1072
5.3. Limitações a considerar .....	1073
5.3.1. Autonomia Privada .....	1073
5.3.2. Confidencialidade e sigilo profissional dos advogados .....	1074
5.4. Regulação .....	1074
5.4.1. Singapura .....	1075
5.4.2. Hong Kong .....	1077
5.4.3. Nigéria .....	1078
5.4.4. Inglaterra e País de Gales .....	1078

5.4.5. Austrália, Canadá, África do Sul e Estados Unidos .....	1079
5.4.6. Europa .....	1080
5.4.7. <i>Soft Law</i> .....	1081
6. Conclusões .....	1087